

## O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS NO INÍCIO DO SÉCULO XVII:

(Elementos para um estudo comparativo  
das suas estruturas económicas e administrativas)

por  
ARTUR TEODORO DE MATOS \*

1. Poderá considerar-se prematura ou eventualmente extemporânea nesta circunstância a abordagem em conjunto das estruturas económico-administrativas de todo o vasto império colonial português, quando faltam estudos sectoriais que permitam conhecer, com profundidade e rigor, os aspectos essenciais de toda esta complexa temática. Todavia, se é sentida a carência bibliográfica, as fontes disponíveis são suficientes para um estudo de análise e de síntese do império colonial português. Análise, dos recursos económicos traduzidos nas suas receitas anuais, mas também das estruturas político-administrativas que organizaram essas novas sociedades e dos seus custos. Síntese, dos vectores económicos do império, do modelo administrativo utilizado, da riqueza produzida, dos quantitativos consumidos, etc.

O Estado da Índia, mercê, porventura, do modelo de gestão administrativo-financeira que usufruía, possui algumas excelentes fontes de informação: os *orçamentos* como o demonstrou Vitorino Magalhães Godinho<sup>1</sup>. Situação desigual apresentam os territórios do

---

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical.

<sup>1</sup> Sobre a importância destas fontes veja-se a obra de Vitorino Magalhães Godinho, *Les finances de l'Etat Portugais des Indes Orientales (1517-1635). Matériaux pour une étude structurale et conjuncturelle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro

Atlântico. Enquanto para o Brasil se dispõe de um variado e significativo número de documentos financeiros, para as demais possessões são mais raras e dispersas, embora quase sempre resumam muita e rica informação<sup>2</sup>. O desencontro cronológico destas fontes dificulta o seu aproveitamento em conjunto. Daí o recurso às relações que abrangem todo o império. Para o final do século XVII dispõe-se dos *Livros de Avaliação dos Ofícios do Ultramar*, até agora inaproveitados (porque talvez bem pouco conhecidos) mas de excepcional interesse e de rigorosa informação para a temática em referência<sup>3</sup>.

Uma tentativa de balanço da situação do império colonial português no início de seiscentos, do que representava para o conjunto do império português, é o que nos propomos aqui tratar. Por razões metodológicas circunscrevemos o nosso estudo ao ano de 1607, com alguma eventual oscilação pontual a anos imediatamente anteriores ou posteriores. Não damos a abordagem por terminada. Bem pelo contrário. Os elementos disponíveis para a época seiscentista permi-

---

Cultural Português, 1982, pp. 11 ss. e o nosso estudo, *O Estado da Índia nos anos 1581-1588: estrutura administrativa e económica. Alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp. 14-16. Os orçamentos eram autênticos relatórios de contas, reportando-se sempre à situação financeira de anos anteriores e tinham, em regra, como responsável pela sua elaboração o contador ou vedor da fazenda da Índia, sendo feitos por um escrivão experiente. Na sua redacção é tido em conta o regimento da fortaleza — instrumento jurídico-financeiro que estipula as despesas ordinárias—, os forais e arrendamentos, as contas dos feitores respectivos e as dos contadores da Casa dos Contos de Goa. A elaboração destas contas gerais era irregular como se depreende das que se conhecem. E, estas, terão ficado a dever-se, certamente, à solicitação da Coroa ou do Governador da Índia.

<sup>2</sup> Consulte-se o estudo de Cleonir Xavier de Albuquerque Costa, *Receita e despesa do Estado do Brasil Filipino. Aspectos fiscais da administração colonial*, Recife, 1985 (dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação do Prof. Doutor Marc Jay Hoffnagel), polic. Devemos a consulta deste trabalho à amabilidade do Prof. Doutor António Gonsalves de Mello a quem reconhecidamente agradecemos. Veja-se também de Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique*, 2ª ed., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1983, pp. 548-560.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria-mor da Corte e Reino*, livros 12 e 13. Preparamos um estudo de conjunto sobre o império colonial português no século XVII onde fazemos o aproveitamento da informação contida nestes dois livros.

tirão, num futuro próximo, esperamos, traçar o quadro estrutural económico-administrativo de todo o império colonial português nessa centúria.

2. No início de seiscentos as colónias portuguesas apresentavam uma relativa situação de estabilidade, mais pronunciada no Oriente, não obstante os esforços desencadeados por outros povos europeus no sentido de ocuparem as nossas posições no Atlântico e no Índico<sup>4</sup>.

No Brasil procurava-se desesperadamente o ouro que não aparecia. A acção dos bandeirantes é insana e as fronteiras vão-se progressivamente alargando. Há que combater franceses, ingleses e holandeses e, sobretudo, desalojar os primeiros de S. Luís do Maranhão. É, porém, ainda estreita e interrompida a faixa de território costeiro que a colonização portuguesa havia conquistado, com dificuldade e lentidão. A terra é rica, mas as vicissitudes são muitas<sup>5</sup>.

Se a posição geográfica das ilhas de Cabo Verde lhe possibilitou a sua sobrevivência, trouxe-lhe também reveses terríveis<sup>6</sup>. Franceses, ingleses e holandeses ali se acoutaram roubando e devastando. O acordo firmado entre a Coroa e os judeus em 1601 desencadeará algum surto económico das feitorias fronteiriças do continente afri-

---

<sup>4</sup> Uma boa e actualizada síntese da situação política, económica e social do império colonial deste período pode ler-se em A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 9ª ed., Lisboa, Palas Editora, 1983, pp. 193-273.

<sup>5</sup> Veja-se *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, coordenação de Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, vol. VI de *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1992; a *História Geral da Civilização Brasileira*, dirig. por Sérgio Buarque de Holanda, vol. I (A época colonial), S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960, pp. 176-189 e, *História Naval Brasileira*, dirig. por Max Justo Guedes, vol. I, t. II, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1975, pp. 484-539. É ainda de interesse a leitura da obra de Joaquim Veríssimo Serrão, *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, S. Paulo, C. Ed. Nacional (col. Brasiliana nº 336), 1968, pp. 92 ss.

<sup>6</sup> Cf. Artur Teodoro de Matos, «Valor estratégico das ilhas de Cabo Verde: a África, o Brasil e a rota da Índia», artigo publicado em *Oceanos*, 10 (1992), com o inadequado título «Rotas Portuguesas do Atlântico».

cano, ao mesmo tempo que convidava à fixação europeia nos *rios de Cacheu*<sup>7</sup>.

Nas ilhas do Golfo da Guiné — S. Tomé e Príncipe — a produção açucareira continuava a cair. O comércio era sobretudo alimentado pelos carregamentos de escravos que ali chegavam vindos principalmente da Mina, partindo depois para a América portuguesa e espanhola. A agravar a debilidade económica das ilhas as rebeliões de escravos e as lutas políticas e sociais criavam um ambiente de grande insegurança<sup>8</sup>.

Fracassada a experiência de fixação no Congo, tenta-se a de Angola. A Paulo Dias de Novais sucederam-se governadores que mantêm uma quase permanente operação de guerra. Com assinalados êxitos, conseguidos principalmente por Manuel Cerveira Pereira (1603-1607, 1615-1617), o domínio português vai-se, porém, lentamente afirmando como o demonstra o estabelecimento de algumas pequenas fortalezas e, sobretudo, as da costa<sup>9</sup>.

Ao Índico haviam chegado já holandeses e ingleses. Com efeito, em 1601 era criada a Companhia das Índias Orientais e a presença

---

<sup>7</sup> Sobre a colonização das ilhas de Cabo Verde veja-se a *História Geral de Cabo Verde*, coordenação de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património de Cabo Verde, Lisboa-Praia, 1991. É ainda importante a obra de Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, Parte I, Lisboa, I. Nacional, 1899, pp. 185-217. São de interesse os livros de Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde. A terra e os homens*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964, pp. 169-209 e de Orlando Ribeiro, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1954, pp. 91-107.

<sup>8</sup> Sobre S. Tomé veja-se de Cristina Maria Seuanes Serafim, *As Ilhas do Golfo da Guiné no século XVII (S. Tomé, Príncipe e Ano Bom)*, Lisboa, 1993 (dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada) e de Artur Teodoro de Matos «Os donos do poder e a economia de S. Tomé e Príncipe no início de seiscentos» in *Mare Liberum*, Lisboa, (1993) 6.

<sup>9</sup> Veja-se de Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola. Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, principalmente as pp. 173 e ss. Uma boa síntese pode ler-se em Gastão de Sousa Dias, *Os Portugueses em Angola*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1959, pp. 93-115.

holandesa passará a constituir uma permanente ameaça. Desencadeiam-se os ataques aos «herejes» em 1603 que duram até 1609, altura em que é firmada a trégua, dando oportunidade aos holandeses de construírem o seu império.

O comércio é também presa apetecida de ingleses. No derradeiro dia de 1600 constituem a Companhia das Índias Orientais que, no ano seguinte, começa a enviar navios ao Oriente. Em 1602 são os franceses que lá chegam, mas o sucesso não é imediato. O mesmo acontecerá mais tarde (1614) aos dinamarqueses. Portugal manterá assim, por muitos anos, um comércio activo e rentável. Os êxitos dos demais europeus não tem de significar derrota ou decadência para os portugueses<sup>10</sup>.

3. No começo do século XVII o Brasil apresentava-se dividido em seis capitanias reais e cinco particulares com uma população branca portuguesa calculada em cerca de 14 000 homens<sup>11</sup>. E, se se

---

<sup>10</sup> Consulte-se de Anthony R. Disney, *A decadência do império da pimenta. Comércio português na Índia no início do século XVII*, Lisboa, Ed. 70 [1981], pp. 13 ss. e o nosso estudo «A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)» in *Na Rota da Índia. Estudos de História Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 61 e ss. Sobre a concorrência europeia na Índia consulte-se de Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600-1800*, Delhi, Oxford University Press, 1990. Leia-se ainda a excelente síntese de Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz «Índia, Portugueses na», in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, s.v. e o estudo do mesmo autor *Goa: une société luso-indienne*, sep. do *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, Paris, (1984) 42-43.

<sup>11</sup> A fonte principal em que assenta o nosso estudo é o ms. existente no A.N.T.T., *Convento da Graça de Lisboa*, Tomo VI F, fls. 147 ss., «Prouincia do Brasil», transcrito em anexo. Existe uma cópia na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), 51-IX-25. Esta descrição não datada, deverá situar-se em c. 1607 e inclui também os territórios portugueses africanos (fls. 134-147) na qual assenta ainda grande parte da nossa análise. Diga-se, aliás, que a parte respeitante a África foi publicada em 1881 por Luciano Cordeiro nas *Memorias do Ultramar. Viagens, explorações e conquistas dos portugueses. Coleção de documentos*, fascículo VI, «1607. Estabelecimento e resgates portugueses na costa ocidental de África» e reeditado no vol. I das suas *Questões Histórico-Coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935, pp. 275-305. Também António Brásio editaria a mesma parte na *Monumenta Missionária Africana*, vols. V, 1ª série, Lisboa, 1955, pp. 374-392 e IV, 2ª série, Lisboa, 1968, pp. 208-217. Luciano Cordeiro e António Brásio utilizaram o ms. da Ajuda, menos fidedigno do que o da Torre do Tombo.

somassem os outros europeus brancos já aí residentes, ou os nativos, escravos e mulatos, os milhares subiriam consideravelmente.

A necessidade da defesa contra os corsários ingleses e franceses obrigam a trabalhos de fortificação. Neles se empenham o arquitecto Francisco de Frias e o sargento-mor Diogo Campos Moreno<sup>12</sup>. Mas o perigo holandês exigia também redobrada vigilância. Daí que as despesas efectuadas com a defesa atingissem quantitativos relevantes no orçamento da maioria das capitánias que dispunham de meios próprios de defesa: Rio Grande (86%), Paraíba (84%), Pernambuco (64%), Baía (41%), Espírito Santo (36%), Rio de Janeiro (40%).

Mas, atenhamo-nos na análise da situação económica brasileira. Numa altura em que o ouro insistentemente procurado tardava em brotar, a cana açucareira constituía a base da economia da colónia, em torno da qual se estruturava e desenvolvia a sociedade. «O exsultantissimo frujto e droga do asucar se dá em toda esta prouinsia em tanta abundansia que daquj se proue nam soo este Rejno, mas todas as provinsias de Europa» escrevia um autor de começos do século XVII<sup>13</sup>. Era na verdade o açúcar o grande gerador de receitas para o Brasil. Não temos elementos que nos permitam estimar, com alguma segurança, a produção açucareira em 1607. Poderemos contudo adiantar que ela é suficientemente importante para atingir 63% do orçamento anual. E, se excluíssemos do cômputo a receita obtida com o pau-brasil, monopólio régio e apenas contabilizada nas receitas de Pernambuco, concluiríamos ainda que ela era quase a única fonte geradora dos dízimos das capitánias<sup>14</sup>.

O outro produto que rendia à Coroa bom lucro era, no dizer de uma fonte da época «o marauilhozo pao brasil de que a prouinsia

---

<sup>12</sup> Biblioteca Nacional, Lisboa, *Pombalina*, Cód. 645, fl. 184 e B. da Ajuda, 51-VIII-48, fl. 23, citados por Joaquim Veríssimo Serrão, *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, já cit., pp. 101-102.

<sup>13</sup> A.N.T.T., *Miscelâneas do Convento da Graça*, T. VI, fl. 147v.

<sup>14</sup> Os cálculos foram efectuados a partir dos elementos fornecidos na fonte já indicada. Recorremos pontualmente aos contidos no códice da B.A., 51-IX-25, e à *Relação de Ambrósio de Siqueira (1605) da receita e despesa do Estado do Brasil*, separata da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 49, Recife, 1977.

tomou ho nome que serue para tintas, com tanto proueito e jnteresse da fazenda Real que so para ela rende setenta mil cruzados cada anno»<sup>15</sup>. A sua contribuição para o orçamento local pode estimar-se neste ano numa percentagem próxima dos 36%.

Naturalmente que outras actividades lucrativas são assinaladas para este período. Destacaremos a cultura do algodão, de algum tabaco e a criação de gados, esta, com acentuada expansão no Rio Grande e em Seregipe del Rei.

Política e administrativamente o Brasil conserva a estrutura conhecida e herdada do século anterior: a *capitania-donatária* com um governo geral sediado na Baía. O modelo administrativo ensaiado na Madeira e nos Açores, transpusera-se para Cabo Verde, S. Tomé e Brasil, adaptando-se às situações e aos desígnios da Coroa. No Brasil talvez adquirira certa particularidade, se confrontado por exemplo com a de Cabo Verde ou S. Tomé — já que afastamos desta análise comparativa a Madeira e os Açores. É que aqui a instituição municipal não tem a intervenção político-administrativa que se regista em Cabo Verde ou no Príncipe<sup>16</sup>. Em finais da centúria a acção dos senados camarários da Baía ou do Rio de Janeiro, por exemplo, é, porém, de certa relevância<sup>17</sup>.

Um pequeno quadro político-administrativo assegurava a gestão da capitania. O rei ou o donatário proveria o *capitão* que no primeiro caso era quase sempre designado por *governador* ou *capitão-mor*. Provedor da fazenda, almoxarife, escrivão, meirinho e porteiro de alfândega completavam a estrutura mais frequente do poder civil da capitania<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fl. 147 v.

<sup>16</sup> Id. *ibid.*, fls. 135v-136 e 142v. A propósito Caio Prado Júnior classifica a Câmara de «mero departamento administrativo, subordinado ao governo geral» (cf. Id., *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*, 19ª ed., S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 318). Também Raymundo Faoro em *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, vol. I, escreve que «as câmaras nunca passaram de corporações administrativas, sem a fantasiosa prerrogativa de colaborar na vontade política colonial», 6ª ed., Porto Alegre, Ed. Globo, 1984, p. 187.

<sup>17</sup> A.N.T.T., *Chancelaria-mor da Corte e Reino*, livs. 12, fls. 176-190 e 13, fls. 39 ss.

<sup>18</sup> Sobre a administração colonial brasileira veja-se a obra coordenada por Graça Salgado, *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1985.

Mas como se disse, o perigo do ataque inimigo levou à necessidade de organizar a defesa, traduzida no recrutamento de guarnições militares aquarteladas, algumas delas, nos muitos fortes construídos ou em fase de acabamento. Exceptuando Itamaracá, Seregipe del Rei, Ilhéus, Porto Seguro e S. Vicente, todas as demais capitânias dispunham de *gente de guerra* que consumia na generalidade a maior percentagem do orçamento<sup>19</sup>. Também os civis se encontravam inseridos numa estrutura militar — a companhia de ordenança — e em hora de perigo eram chamados a acudir à defesa.

À cabeça desta estrutura político-administrativa e militar estava, como é sabido, o governador, sediado na Baía. Aí se situavam também os organismos centrais ligados à administração da fazenda real, da justiça, das construções, além, claro, dos órgãos do governo da própria capitania, empregando em 1607 cerca de quatro dezenas de pessoas.

A igreja católica tinha, como seria normal, já uma larga implantação em todo o Brasil seiscentista. Clero secular e regular distribuía-se por todas as capitânias e os jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos ocupavam vários conventos, com especial menção para a Companhia de Jesus instalada, por exemplo, em Olinda, Baía e Rio de Janeiro<sup>20</sup>. O Brasil constituía uma diocese com sede em S. Salvador da Baía, com seminário, sé e respectivo cabido<sup>21</sup>.

Que custos trazia à fazenda real a administração civil e eclesiástica brasileira neste começo seiscentista? Com a administração pública eram reduzidos os encargos porque diminutos eram os seus

---

<sup>19</sup> Rio Grande, 86 %; Paraíba 84 %; Itamaracá com redízimo ao donatário 42 %; Pernambuco, 64 %; Baía 41 %; Espírito Santo, 36 % e Rio de Janeiro, 40 %.

<sup>20</sup> O Colégio de Olinda (freguesia de S. Pedro) tinha de ordinária anual 400\$000 réis pagos em açúcar; o de S. Salvador 1.200\$000 réis também pagos em açúcar nos engenhos escolhidos pelos jesuítas; o do Rio de Janeiro 1 conto de réis (cf. A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fls. 150v, 153v e 157).

<sup>21</sup> O bispado de S. Salvador foi criado em 1551 pela bula *Super Specula Militantis Ecclesiae* ficando sufragâneo do de Lisboa. Em 1607-8 recebia o bispo do Brasil 1.200\$000 réis anuais, bastante mais do que o de Cochim que auferia na mesma altura 800\$000 ou o do Congo, S. Tomé ou Cabo Verde que recebiam cada 600\$000 anualmente. No Rio de Janeiro existia uma prelazia desde 1576. Sobre a criação da diocese de Salvador e desta prelazia consulte-se Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., vol. II, Porto, 1968, p. 42.

quadros locais. As despesas com a igreja são já bem mais elevadas em termos absolutos, mas talvez muito aquém dos encargos que lhe estavam cometidos, nomeadamente no campo do ensino e da assistência social. A menor percentagem de gastos com o clero regista-se no Rio Grande e Paraíba (10%) enquanto que no Rio de Janeiro atinge os 50% e mesmo no Porto Seguro os 57%.

Façamos o balanço financeiro do Brasil ao findar a primeira década seiscentista. Se contabilizarmos as suas receitas e despesas ordinárias verificamos que as primeiras quase ultrapassaram os sessenta e cinco contos de réis<sup>22</sup> enquanto os gastos se ficam por pouco mais dos trinta contos<sup>23</sup>. Significa assim que as receitas excedem as despesas em 54%.

Como equacionar este saldo positivo com os elementos fornecidos por Luís de Figueiredo Falcão que, registando receitas e despesas apresenta, para o mesmo período, uma insolvência financeira da ordem dos 10%<sup>24</sup>. Veríssimo Serrão, com sólido fundamento defendeu recentemente a situação deficitária do Brasil nos começos de seiscentos<sup>25</sup>. Oliveira Marques, na sua *História de Portugal* (1.<sup>a</sup> edição de 1972) emite opinião diferente apresentando também números comprovativos<sup>26</sup>. Em nossa opinião, ao analisar-se os elementos contidos no *Livro de toda a Fazenda* parece ter de adicionar-se às receitas, nomeadamente às provenientes dos *dízimos*, a do *pau brasil*, o que Figueiredo Falcão não faz, apresentando-a em separado<sup>27</sup>. Se assim se proceder a percentagem da receita sobre a despesa será até ligeiramente superior à que apresentamos. Por outro lado, e como é sabido, os elementos fornecidos por Falcão, apesar de em geral poderem merecer a confiança do historiador, nem sempre são de extremo rigor. O recente estudo de Cleonir Costa confirma esta nossa asserção.

---

<sup>22</sup> Concretamente 65.010\$000 réis.

<sup>23</sup> 30.133\$651 réis.

<sup>24</sup> L. F. Falcão a p. 27 refere 42.000\$000 de receita e 42.351\$867 de despesa (cf. *Livro de toda a fazenda* [...], p. 27).

<sup>25</sup> *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Verbo, 1979, p. 178.

<sup>26</sup> Veja-se a 9.<sup>a</sup> edição, vol. II, Lisboa, Palas Editora, 1983, pp. 246-247.

<sup>27</sup> *Livro de toda a fazenda*, [...], p. 29.

Vejamos também a situação particular de cada capitania: *Pernambuco* contribuía para o orçamento com a maior percentagem de receitas, atingindo os 62%. Seguia-se-lhe a *Baía* com 22%, *Paraíba* com 7,5%, *Itamaracá* com 3%. Das restantes, só as do *Rio de Janeiro* e *Espírito Santo* atingem 1,5% ficando as restantes por valores irrelevantes.

Note-se também que S. Vicente, Rio de Janeiro, Baía e Rio Grande apresentam saldos negativos. A Baía, naturalmente por nela recaírem os encargos com a administração central do território, é deficitária. No Rio de Janeiro a razão será diferente: os gastos com a igreja atingem os 50%. Porquê? Talvez pelo encargo anual que a Fazenda Real tinha com o Colégio da Companhia de Jesus (1000\$000) e por aí residir um administrador eclesiástico, que superintenderia nas capitanias do sul<sup>28</sup>. Registe-se, contudo, que apesar de existirem no Rio dois outros conventos — um de carmelitas e outro de beneditinos — a Fazenda Real não dispndia com estes ou com os das demais capitanias qualquer importância<sup>29</sup>. Mas, a razão principal desta insolvência como da de S. Vicente e do Rio Grande estará sobretudo no seu diminuto rendimento anual que, como vimos, se situa a níveis muito baixos<sup>30</sup>.

É claro que nesta análise não está contemplado o comércio Brasil-Portugal. Como é sabido o seu regime e funcionamento pouco tem a ver com a administração local e, portanto, não interfere directamente no orçamento brasileiro. Do mesmo modo o comércio negreiro também não é objecto de apreciação.

4. Passemos às colónias portuguesas da África Ocidental e detenhamo-nos na apreciação dos elementos necessários para esta análise estrutural comparativa.

As capitanias de Cabo Verde, Serra Leoa, Mina, S. Tomé e Príncipe e reinos do Congo e Angola constituíam as possessões portuguesas

---

<sup>28</sup> A quem eram pagos 300\$000 rs anuais.

<sup>29</sup> O clero destas ordens religiosas apenas recebia da Fazenda Real algum dinheiro quando trabalhava em qualquer das paróquias existentes.

<sup>30</sup> S. Vicente com 0,8% e Rio Grande com 0,5%.

da costa ocidental africana. De todas elas só a Serra Leoa e o Congo não dispunham de quaisquer estruturas político-administrativas portuguesas.

Quanto à Serra Leoa, Pedro Álvares Pereira, recebera-a em doação em 1606, com o encargo de, em 15 anos, aí «fundar e fabricar» três castelos e povoá-los<sup>31</sup>. Não obstante a riqueza da terra, bem poucos eram ainda os portugueses que ali residiam fazendo os seus «tratos e resgates»<sup>32</sup>. Os padres da Companhia de Jesus haviam feito construir, já no começo do século XVII, algumas igrejas de madeira, convertendo à religião católica o régulo com alguns dos seus familiares<sup>33</sup>.

No Congo, mercê das condições do nosso estabelecimento neste reino, Portugal não criara instituições político-administrativas<sup>34</sup>. Muitos portugueses viviam ali, principalmente na capital, Salvador, concentrados em «distrito cercado» sob a autoridade de um ouvidor nomeado pelo governador de Angola «para lhe administrar justissas»<sup>35</sup>. «O rei —afirma uma fonte coeva— estima mujto ter esta gente na sua cidade. Assjm por ensinarem os seus a viuer em pollissia como para se ajudar contra os seus enemigos»<sup>36</sup>. Mas também no porto de Pinda, ao Norte do reino, os portugueses haviam estabelecido e organizado uma pequena comunidade com a igreja e capelão, dedicando-se naturalmente ao resgate<sup>37</sup>. O bispado do Congo e Angola, criado em 1596, tinha a sua sede em Salvador e o sustento do prelado, cabido e sé era suportado pela Fazenda Real portuguesa<sup>38</sup>.

<sup>31</sup> Em 4 de Março de 1606 (cf. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Filipe II*, liv. 13, fl. 236).

<sup>32</sup> A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fls. 137v-138.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, fls. 131v-138.

<sup>34</sup> Sobre os primórdios da presença portuguesa no Congo consulte-se de Visconde de Paiva Manso, *História do Congo*, Lisboa, 1879 e Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola* [...], já cit., pp. 33-85.

<sup>35</sup> A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fl. 144.

<sup>36</sup> Id. *ibid.*, fl. 144.

<sup>37</sup> Id. *ibid.*, fl. 143v.

<sup>38</sup> Anteriormente à criação deste bispado era o de S. Tomé que superintendia nesta região. Os encargos anuais totalizavam a quantia de 1 729\$000 réis. Sobre esta diocese vejam-se os artigos que António Brásio escreveu e reuniu em *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973, pp. 354-412.

5. A capitania de Cabo Verde, além de integrar o arquipélago do mesmo nome exercia jurisdição sobre a faixa do continente que lhe estava próximo, localizado entre os rios Sanaga e dos Casses a Sul. Cacheu, no rio de S. Domingos, Cruz Guínala e Biguda no Rio Grande tinham na altura alguns grupos de portugueses aí residentes, muitos deles tangomaus (principalmente em Guínala) fazendo «por alj mujtos resgates com hos negros da terra de marfim, ouro, sera, escrauos»<sup>39</sup>.

No arquipélago cabo-verdeano apenas Santiago e Fogo parecem dispor de organização administrativa própria<sup>40</sup>. Encabeçava-a o capitão e governador —ou então um corregedor se o cargo fosse dado a um «letrado»— residente na Ribeira Grande de Santiago.

Nas duas capitanias de Santiago, já então integradas na coroa, prevalecia o regime municipal com juizes, vereadores e procuradores do concelho eleitos pelas câmaras da Ribeira Grande e de Santa Maria da Praia. Almojarife, alcaide do mar, recebedor, tabeliães, escrivães, etc., completavam o quadro administrativo destes dois municípios.

Na ilha do Fogo, o almojarife, alcaide-mor, meirinho, fiel do peso (eleito pela Câmara da Ribeira Grande) e tabelião, com alguns auxiliares, garantem a administração civil da ilha.

Militarmente, uma fortaleza com artilharia e alguns baluartes de vigia, sete companhias de 2.<sup>a</sup> linha —uma delas de *aventureiros*— além de bombardeiros (uma delas no Fogo) e outro pessoal diverso estariam prontos a responder ao rebate do sargento-mor.

As ilhas de Maio e Brava tinham alguns moradores. A primeira aportavam holandeses amiúde que ali vinham carregar o sal. Na Brava, como nas restantes ilhas, havia muita criação de gados «de que se

---

<sup>39</sup> A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, «Capitania de Cabo Verde», fls. 134v-135. Sobre o assunto consulte-se de André Donelha, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1625)*, ed., int. e notas de Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1977.

<sup>40</sup> Id. *ibid.*, fls. 135v-136. Confronte-se esta fonte com a importante «Relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde» escrita em 1581 e existente no Archivo General de Simancas, *Guerra Antigua*, leg. 122, fl. 180 ss. e publicada por António Brásio na *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental*, 2.<sup>a</sup> série, vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964, pp. 97-107.

fas mujta carne e tira mujta cojrama que se nauega para muitas partes» na informação de uma fonte da época<sup>41</sup>.

As dez freguesias de Santiago e as duas do Fogo estão providas de clero. Na capital reside ainda o bispo com seu cabido e seminário, este entregue aos padres da Companhia de Jesus<sup>42</sup>.

As receitas da capitania caboverdeana provinham dos tratos, resgates e mais direitos (exceptuando os do rio Sanaga e Malagueta) e haviam sido arrendados por cerca de vinte e sete contos anuais: um pouco mais do que a receita do pau-brasil<sup>43</sup>. Naturalmente que a maior percentagem deste comércio provinha do trato dos escravos mas, produtos como o ferro ou o algodão tinham também algum significado<sup>44</sup>.

As despesas ordinárias não chegam a atingir os quatro contos, ficando aquém, por exemplo, das de Pernambuco, mas superiores às de Paraíba<sup>45</sup>. Significa, portanto, que a administração local apenas consome 14% da receita, ficando livre para o Império 86% ou seja pouco mais de vinte e três contos. Com a Igreja dispendia-se 62% do orçamento enquanto o restante era repartido pela administração civil que recebia 28% e pela gente de guerra com apenas 10%.

6. Próximo de Cabo Verde, no litoral do continente africano, mais para Sul estava a capitania da Mina, situada entre o cabo das Palmas e o rio da Volta e compreendendo o castelo de S. Jorge da Mina e o de Axém. Na fortaleza de S. Jorge um capitão e governador (que também era ouvidor) com alguns homens, um almoxarife, um meirinho (que servia de porteiro) e alguns bombardeiros, eram os principais responsáveis pela administração do pequeno território, da sua segu-

---

<sup>41</sup> A.N.T.I., *Convento da Graça*, T. VI F, fl. 134 v.

<sup>42</sup> Id. *ibid.*, fls. 136v-137.

<sup>43</sup> Id. *ibid.*, fl. 137.

<sup>44</sup> Veja-se embora para um período ligeiramente posterior o artigo de António Carreira, «Tratos e resgates dos portugueses nos rios da Guiné e Ilhas de Cabo Verde nos começos do século XVII», in *Revista de História Económica e Social*, II, (1978), 91-103.

<sup>45</sup> Concretamente 3.858\$600 rs. Pernambuco gastava 4.299\$380 e Paraíba 2.805\$600 rs.

rança e, sobretudo, garantiam para a coroa portuguesa o resgate do ouro, marfim, malagueta, algálea, etc. Alguns clérigos prestavam a assistência religiosa necessária à guarnição portuguesa<sup>46</sup>.

Em Axém, o capitão e feitor, escrivão, meirinho, capelão, bombardeiro e amassadeira completavam o quadro administrativo local.

De notar que em S. Jorge da Mina um grupo de oficiais mecânicos, pagos pela fazenda real, satisfazia as necessidades de mão-de-obra especializada<sup>47</sup>. Quatro mulheres «amassadeiras» integravam ainda este grupo. A título de curiosidade registre-se ainda que, segundo o regimento do capitão de Mina tais mulheres, além de amassarem e cozerem o pão, lavarem a roupa, serviam na enfermaria e em «outros serviços»<sup>48</sup>.

Um caravelão e outrora mais duas galeotas, todos dotados da tripulação indispensável, asseguravam as ligações com o exterior, nomeadamente com S. Tomé, para onde se fazia o transporte de escravos<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, «Capitania da Mina», fls. 138-139v. Veja-se também a recente obra de J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda, *S. Jorge da Mina 1482-1637. La vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale*, tomos I e II, Lisbonne-Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais e Commission Nationale pour les Commemorations des Découvertes Portugaises, 1993, particularmente os caps. VII e VIII.

<sup>47</sup> Um barbeiro e sangrador, quatro pedreiros, um físico e cirurgião, quatro carpinteiros, um tanoeiro, um ferreiro, um serralheiro, um serrador, um boticário e um enfermeiro.

<sup>48</sup> Acrescentava ainda o cap. 35º do «Regimento do capitão de S. Jorge da Mina» de 7 de Fevereiro de 1529: «[...] e nenhũa das ditas molheres, enquanto na cidade estiverem, negará quando for requerida de algũ dos ditos offiçiaes e moradores, não sendo impedida por doença ou por outro conhecido impedimento, sob pena de perder o ordenado de hum mez, e quando algum tiver parte com a tal molher, lhe dará quarenta reaes, que he pouco maes ou menos como em outro soyam d'aver» (cf. Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. Prat. A, cód. n.º 55, 20, publicado por Jorge Faro, «Estevão da Gama capitão de S. Jorge da Mina e a sua organização administrativa em 1529», in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, XII (1957), n.º 47, p. 49. Veja-se ainda as observações de Avelino Teixeira da Mota em *Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos portugueses na África ocidental*, já cit., p. 18.

<sup>49</sup> Na altura em que reportamos a nossa análise já não existiam as duas galeotas (cf. A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fl. 139). Sobre o comércio com S. Jorge da Mina consulte-se de J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda, *S. Jorge da Mina...*, t. I, pp. 323-355.

Quanto a receitas, sabe-se que o último contrato feito com João Baptista Rovelasco em 1589 e até 1598 deveria render à Coroa anualmente vinte e quatro contos de réis correndo por conta do contratante as despesas ordinárias da capitania além de outros encargos. Ao período a que reportamos o nosso estudo, a dificuldade em se enviarem do reino «as fazendas necessárias» para o escambo e por «hauer na costa mujtos corsarios que gozam liurementemente este resgate» nada rendia. Bem pelo contrário, diz a mesma fonte: «antes S. Mag.<sup>de</sup> depende muito na sustentação destes castellos»<sup>50</sup>. Tais despesas ultrapassavam na altura os três contos e meio. Percentualmente a administração absorvia o maior quinhão com 67%, logo seguida da gente da guerra com 25% e a igreja com 8%.

7. Passemos à capitania de S. Tomé. Além de incluir a ilha do mesmo nome e a do Príncipe, estava-lhe adstrita a zona africana situada entre os rios da Volta e Zaire. Aqui se localizavam as feitorias de Arda (actual Ajudá), Fabim, Benim, Poupou, Oere e outras dos rios Gabão e Sambasias (rio Mexias?)<sup>51</sup>.

Era ainda o açúcar uma das riquezas da capitania. A sua produção é calculada em 70.000 arrobas por ano, cabendo ao erário régio 14.700. Na ilha do Príncipe seria de cerca de 476 arrobas, recebendo a coroa 100<sup>52</sup>. Auferia ainda a Fazenda Real as rendas meúças e chancelaria (em S. Tomé 260.000 rs. e no Príncipe 3.000 rs.), as das várias fazendas que lhe pertenciam nas duas ilhas (90\$000) e os dízimos dos algodões suzoz de S. Tomé<sup>52</sup>. A cobrança proveniente dos resgates das feito-

---

<sup>50</sup> A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fl. 139.

<sup>51</sup> Id. *ibid.*, «*Capitania de Sam Thome*» a fls. 139v-142. Para uma maior informação sobre esta zona da costa de África veja-se de Garcia Mendes Castelo Branco «Da Mina ao Cabo Negro (1574-1620)», publicado por Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, I, pp. 167-211.

<sup>52</sup> O autor da fonte que consultámos apenas indica o quantitativo que a coroa recebia no Príncipe. Todavia usando a mesma proporção de S. Tomé calculamos em 476 arrobas. Na altura o Príncipe tinha seis engenhos de açúcar sendo um do donatário. Este encontrava-se em bom estado e bem provido de escravos o que não acontecia com os dos particulares. Numa fazenda que fora confiscada para a Coroa

rias da costa que importariam anualmente em 2.700\$000 quase não se praticava. Segundo uma fonte da época, tais resgates encontravam-se «perdidos por estarem ocupados de corsários olandeses, e outros»<sup>53</sup>.

A totalidade dos direitos cobrados alcançaria os 7.943\$000 rs. E, se se pudesse somar os dos resgates da costa ultrapassaria os dez contos e meio<sup>54</sup>.

Embora incorporadas na mesma capitania, as duas ilhas do golfo da Guiné têm administração própria e distinta. É que, ao contrário de S. Tomé, a ilha do Príncipe tinha como donatário um descendente de Francisco Carneiro. Na primeira havia um tipo de administração tradicional feita pelos oficiais de nomeação régia. No Príncipe, para além do capitão e ouvidor nomeados pelo donatário, predominava o regime municipal.

À semelhança do que acontecia em Cabo Verde, o cargo de capitão e de governador de S. Tomé era normalmente dado a um fidalgo, podendo também ser exercido por um «letrado» que, na circunstância, era designado de corregedor. Ouvidor, sargento-mor, feitor e recebedor do trato, almoxarife, meirinho, eram os principais oficiais régios da capitania de S. Tomé, assistidos por alguns subalternos. Três bombardeiros e umas escassas peças de artilharia em duas pequenas e mal construídas fortalezas defendiam a cidade, naturalmente que só em tempo de paz, como se provou em 1599 com o ataque holandês à ilha<sup>55</sup>.

Tendo por limite a capitania, o bispado de S. Tomé encontrava-se provido de bispo, cabido e respectivo clero repartido pelas nove

---

existira também um outro engenho de açúcar que se encontrava «desbaratado» (cf. A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fl. 142 v).

<sup>53</sup> Id. *ibid.*, fls. 141 v-142.

<sup>54</sup> Concretamente 10 643\$000. Um maior desenvolvimento sobre estes temas pode ver-se em Cristina Maria Seuanes Serafim, *As Ilhas do Golfo da Guiné no século XVII*, já cit., pp. 242 ss. e no nosso estudo «Os donos do poder e a economia de S. Tomé e Príncipe no início de seiscentos» in *lug. cit.*

<sup>55</sup> A.N.T.T., *Convento da Graça*, T. VI F, fl. 140.

freguesias, uma das quais no Príncipe. S. Tomé dispunha ainda de Misericórdia e hospital com físico<sup>56</sup>.

Se contabilizarmos as despesas ordinárias da capitania e as distribuírmos pelas três áreas já estabelecidas para os demais territórios verificamos que os gastos com a igreja atingem os 54 %, com a administração 44 % enquanto que a defesa apenas consome 2 %. Globalmente, porém, tais despesas atingem os 65 % das receitas efectivamente cobradas, saldando-se assim positivamente em 35 %. Com a cobrança total dos tratos e resgates tal receita líquida atingiria os 51 %.

8. A presença portuguesa em Angola quase se circunscreve neste começo seiscentista a S. Paulo de Luanda e à ilha que lhe ficava defronte. Com cerca de 300 moradores a vila de S. Paulo, «povoação grande», dispunha de um bom porto onde se acolhiam «muitas vezes» navios da Índia. Diz uma fonte coeva que aí surgiam continuamente naus «de mujtas partes que a troco das mercadorias que leuam, trazem escravos e marfim»<sup>57</sup>.

Para o interior havia ainda alguns fortes construídos por ocasião da tentativa de conquista gorada das minas de Cambambe. Em Mochima, Massangano, Cambambe, Agoacaiongo existiam ainda fortificações — algumas já degradadas e sem artilharia — mas ainda todas providas de maior ou menor contingente militar<sup>58</sup>.

O governador era responsável pela administração portuguesa, estando providos os cargos de provedor da fazenda, ouvidor geral e feitor. O trato negreiro exigia também um mercador de escravos.

Se económica e administrativamente havia estado em época anterior na dependência de S. Tomé, agora conservava apenas a sua

---

<sup>56</sup> Id. *ibid.*, fls. 140v ss.

<sup>57</sup> Id. *ibid.*, «Angolla», fl. 145v. Sobre os primórdios da ocupação portuguesa de Angola consulte-se Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola [...]*, já cit., pp. 87 ss e Gastão de Sousa Dias, *Os Portugueses em Angola*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1959.

<sup>58</sup> Massangano e Cambambe, com fortes ainda defensáveis, possuíam maior número de militares (cf. Id. *ibid.*, fls. 146-146v).

integração no bispado do Congo. Apenas na vila de S. Paulo, em Massangano e Cambambe se conhece a existência de clero regular.

O comércio de marfim e sobretudo de escravos permitia que a Fazenda Real arrecadasse anualmente vinte e sete contos de réis. E se juntarmos a esta receita a cobrada com a entrada de negros nas colónias americanas de Espanha que era de cinquenta e dois contos, Angola atingiria os setenta e seis contos em receitas anuais, ou seja, mais de 14% do que todo o Brasil<sup>59</sup>.

As despesas — e contabilizando as efectuadas com a diocese sediada no Congo — ficavam-se pelos 6% da receita. Naturalmente que o clero absorvia quase metade (47%), seguindo-se-lhe a administração com 28% e os gastos militares com 25%. A receita líquida para a Coroa era a mais espectacular de todo o império colonial.

9. Finalmente vejamos de relance a situação administrativo-financeira no Estado da Índia cuja jurisdição, como é sabido, se estendia de Sofala e Ormuz no Ocidente, a Macau e Timor, na costa do Pacífico. É difícil conciliar a extensão que o desenvolvimento do tema exige com a natureza e a circunstância em que é apresentado este nosso estudo. Daí que nos detenhamos em apreciações quase sempre globais, até porque o estudioso interessado pode dispor, para alguns temas, de análises sectoriais válidas.

Em 1607 o Estado da Índia apresentava-se dividido por dezanove fortalezas ou fortalezas-feitorias, pelos estabelecimentos de Macau e das ilhas de Timor e Solor, dispondo ainda de feitorias no Coromandel e no Golfo de Cambaia.

O modelo administrativo adoptado não apresentava novidade. A solução encontrada na exploração da costa africana — a *feitoria* — fora transportada para a Ásia. Revestida de aparência militar para preservar os interesses económicos da Coroa, a fortaleza-feitoria era mercado abastecedor de especiarias, e ou ponto de apoio em locais estrategicamente importantes ou de maior capacidade comercial.

---

<sup>59</sup> Id. *ibid.*, fl. 154v.

Capitão, feitor, ouvidor e meirinho, alcaide do mar, condestável, barbeiro ou um físico e um cirurgião, eram os principais oficiais que integravam o quadro administrativo de uma capitania<sup>60</sup>. Serviços especiais requeriam também estruturas próprias. É o caso das *ribeiras* de Goa, Baçaim, Cochim, Ormuz e Damão ou *almoxarifados dos mantimentos*, dos *armazéns de material de guerra e apetrechos de navegação* existentes em várias fortalezas, dos *hospitais* de Moçambique, Ormuz, Damão, Diu e Malaca. Cada uma das fortalezas dispunha de um corpo militar cujos efectivos variavam de praça para praça.

A administração de cada uma das fortalezas dependia directamente do *governador* ou *vice-rei* residente em Goa que, aliás, provia muitos dos ofícios do Estado. Na capital estavam também sediados os demais departamentos que superintendiam e fiscalizavam a gestão local: *vedor-geral da fazenda e casa dos contos*, *tribunal da relação e matrícula-geral*<sup>61</sup>.

O Estado da Índia compreendia também as arquidioceses de Goa e as dioceses de Cochim, Angamale, Cranganor, Meliapor e Malaca, todas elas dotadas de cabido, clero e outro diverso pessoal. Encargos com a assistência e com o ensino estavam cometidos ao clero. De referir as diversas congregações religiosas que desde o início da presença portuguesa no Oriente se haviam aqui fixado e que neste começo do século tinham uma acção preponderante, nomeadamente no campo da educação<sup>62</sup>. Tenha-se, aliás, presente que a assimilação da cultura portuguesa em Goa se fez, predominantemente, através da cristianização<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Um maior desenvolvimento sobre este assunto pode ver-se em *O Estado da Índia* [...], já cit. a pp. 17 ss e na bibliografia aí indicada.

<sup>61</sup> Para um melhor conhecimento da estrutura administrativa do Estado da Índia em 1607 veja-se de José-Gentil da Silva, «Une image de l'Estado da Índia au debut du XVII<sup>e</sup> siècle et ses enseignements» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, IV (1972), 242-282 onde o autor publica o orçamento de 1607, aliás, no essencial, igual ao de Luís de Figueiredo Falcão, *Livro de toda a fazenda* [...], já cit.

<sup>62</sup> Veja-se de António da Silva Rego, *História das Missões do Padroado Português no Oriente. Índia*, 1.º vol. (1500-1542), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

<sup>63</sup> Veja-se de Orlando Ribeiro «Originalidade de Goa», in *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962, pp. 173 ss.

Financeiramente, o Estado da Índia apresentava neste início de século um saldo positivo. As receitas situavam-se na ordem dos trezentos e cinquenta e cinco contos e meio enquanto as despesas em pouco ultrapassavam os duzentos e trinta e cinco, ou seja, as receitas excediam as despesas em 34% <sup>64</sup>.

De onde provinham os rendimentos? De cobranças diversas, a maioria das quais eram efectuadas nas alfândegas e, por conseguinte, provenientes do comércio local. Com efeito 59% das receitas tinham essa origem, seguindo-se-lhe a dos foros com 25, das rendas e páreas com 14 e, finalmente, dos direitos dos cavalos com 2%.

A considerável extensão da conta geral do Estado da Índia de 1607 não nos permitiu ainda estabelecer o montante das despesas efectuadas distribuídas pelas rubricas que assinalamos na análise dos demais territórios. Conhecemo-las para algumas fortalezas. Todavia interessará sobretudo apreciá-las no seu conjunto.

**10.** Que representam para a metrópole as colónias portuguesas neste começo de século? Que importância assume cada uma delas no contexto do império colonial? Que modelos político-administrativos utilizavam? Que transformações se operavam?

Segundo Luís de Figueiredo Falcão as rendas de Portugal Continental e ilhas adjacentes eram teoricamente superiores às despesas em 40%. Todavia incluindo-se, como parece ter de fazer-se, os juros, tenças e ordenados, a conta geral do Estado mostra-se negativa em 16%. Mas a insolvência é aparente. Pois, às receitas geradas no reino tem de adicionar-se, como o fez Veríssimo Serrão, as provenientes dos direitos do comércio colonial e do arrendamento dos diversos contratos com eles relacionados atingindo 30% das receitas anuais. Deste modo as receitas excedem as despesas em 18,5% <sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> A receita era de 355.530\$600 e a despesa de 235.350\$778.

<sup>65</sup> Luís de Figueiredo Falcão, *ob. cit.*, pp. 5-17 e Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. IV, p. 333.

As colónias portuguesas apresentavam neste começo do século XVII um saldo positivo estimado em 46,5% das receitas totais do império. Vejamos a contribuição de cada um dos territórios no que respeita às receitas, despesas e saldos:

Colónia	Receita da colónia (receita total) %	Despesa da colónia (receita total) %	Saldo da colónia (receita total) %
Brasil	12	5.5	6.5
Cabo Verde	5	1	4
Mina	0.5	1	(-0.5)
S. Tomé	1.5	1	0.5
Angola	14	1	13
Estado da Índia	67	44	23

Em termos de unidade, teremos ainda de observar que a cota de participação dos saldos dos estabelecimentos portugueses do Atlântico é ligeiramente superior à dos do Índico: 24 para o primeiro e 23 para o segundo.

Quanto às despesas que, como se sabe, atingem os 53.5% das receitas é bem díspare a sua proveniência: 44 correspondem aos territórios do Índico e do Pacífico e apenas 9.5 para o Atlântico (5.5 pertencentes ao Brasil).

Na verdade como se terá notado, enquanto no Estado da Índia se encontrava uma estrutura administrativa pesada e complexa —embora experimentada e necessária— no Atlântico é bem mais elementar. Apenas o Brasil atinge alguma dimensão, embora fique muito aquém do que acontecia no Índico. Atente-se que, enquanto os portugueses foram os pioneiros do comércio e da colonização no Atlântico —pelo menos entendida como tal— no Índico havia que conquistar, por vezes até pela força, estruturas e locais. No Atlântico teriam de instalar, e organizar, no Índico era necessário usurpar para depois eventualmente adaptar. Daí a complexidade do sistema organizativo num e noutro lados.

A título de exemplo diga-se que a capitania da Baía, sede do governo brasileiro, registava uma despesa comparável à de Damão

embora os rendimentos desta fossem superiores aos da Baía<sup>66</sup>. Itamaracá apresentava uma receita bruta comparável à de Mascate no Golfo de Ormuz mas a sua despesa só tinha paralelo na pequena fortaleza de Couvão.

Se se comparar o soldo pago aos oficiais régios, soldados ou mesmo eclesiásticos do Brasil com os do Oriente, por exemplo, as disparidades são bem notórias. Senão vejamos: um capitão de uma donataria brasileira recebia anualmente 100\$000, com excepção do de Pernambuco que vencia 400\$000. Na Índia o soldo mínimo para tal cargo na altura era de 400\$000<sup>67</sup>. Em 1588 os capitães de fortalezas sem qualquer rendimento como Onor ou Barcelor eram os únicos a receber soldo de 100\$000. O governador do Brasil auferia 800\$000, tanto como o da Mina, de Angola ou o de vedor-geral da fazenda da Índia, mas menos que um juiz da Relação de Goa<sup>68</sup>. Os exemplos poderiam multiplicar-se. Todavia deverá advertir-se que a desigualdade de pagamento aos agentes da Fazenda Real/Fazenda Nacional nas antigas colónias portuguesas foi critério que se manteve até aos nossos dias.

Da já longa análise que aqui temos vindo a esboçar parece-nos pertinente reafirmar a importância económica do império colonial português neste início seiscentista, traduzido numa receita líquida significativa (46,5%). Quase todos os territórios apresentam uma conta geral positiva, não obstante as dificuldades que atravessam motivadas por factores exteriores (concorrência europeia e ou asiática, guerras com régulos locais principalmente), ou internas (má gestão, nepotismo, corrupção). O império é servido por estruturas administrativas sucessivamente adaptadas, mas cuja origem radica em modelos administrativos da metrópole. A transposição de instituições metropolitanas para as colónias é notória como é a adaptação de estruturas locais/nativas à administração colonial portuguesa. As *tanadarias* de

---

<sup>66</sup> Cf. «Rendimento e despesa do Estado da Índia de hū anno [1607]» publicado por José-Gentil da Silva, art. e lug. cit., pp. 245 ss e Real Academia de la Historia (Madrid), K-61, fls. 44-70, «Caderno do Rendimento da Índia e despesas ordinarias [...]».

<sup>67</sup> R.A.H., K-61, fls. 51 ss.

<sup>68</sup> Cf. fontes já indicadas.

Goa, Baçaim e Damão ou a estrutura político-administrativa de Timor são talvez os exemplos mais representativos desta fusão<sup>69</sup>.

Como já o evidenciou Luís Filipe Thomaz é bem notório o contraste na solução encontrada para os territórios onde se pretendeu um verdadeiro domínio político. Com efeito, no Brasil, nas ilhas atlânticas e até em Angola ou, do lado espanhol, na América e nas Filipinas «a necessidade de integração e controlo do território e das populações levou à difusão geral de instituições sistemáticas de quadrícula do espaço e enquadramento dos seus habitantes como a *capitania-donataria* no caso português e a *encomienda* no castelhano»<sup>70</sup>. No Índico, acentua-se o carácter «fundamentalmente urbano» como resultado da «actividade marítima e da economia mercantil», levando a soluções consentâneas com essa realidade e traduzidas na concentração dos portugueses e seus órgãos de administração nas cidades<sup>71</sup>.

A necessidade de coordenação de territórios levou ao lançamento de estruturas próprias como acontece no Brasil com a criação de governo ou governos centrais.

Economicamente a diferença entre os territórios do Atlântico e Índico é também de assinalar. No Índico havia que adquirir as especiarias para depois as transportar. E, os portugueses pouco tinham que oferecer em troca aos orientais, a não ser que comprassem as drogas com moeda. Daí as grandes dificuldades em adquiri-la mas também o carácter de «rede» que apresenta o Estado da Índia. No Atlântico o elemento fundamental dos circuitos comerciais era o açúcar, produzido pelos próprios portugueses no Brasil e nas Ilhas. A aquisição de mão-de-obra escrava não representava grande dificul-

---

<sup>69</sup> Veja-se o nosso estudo *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588* [...], já cit., p. 21.

<sup>70</sup> Leiam-se as pertinentes observações que sobre este assunto escreveu Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz in «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Actas*, ed. organizada por Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, p. 521.

<sup>71</sup> Id. *ibid.*, p. 521.

dade, além de ser em si mesma rentável para a Coroa. No Império Atlântico dir-se-ia que os portugueses dominavam toda a fase do seu processo económico, no Índico os portugueses serão intermediários: posição bem mais frágil em si e sujeita a desleal concorrência não só porque usurpada como também por ser invejada. Os revezes de natureza militar no Oriente são bem conhecidos.

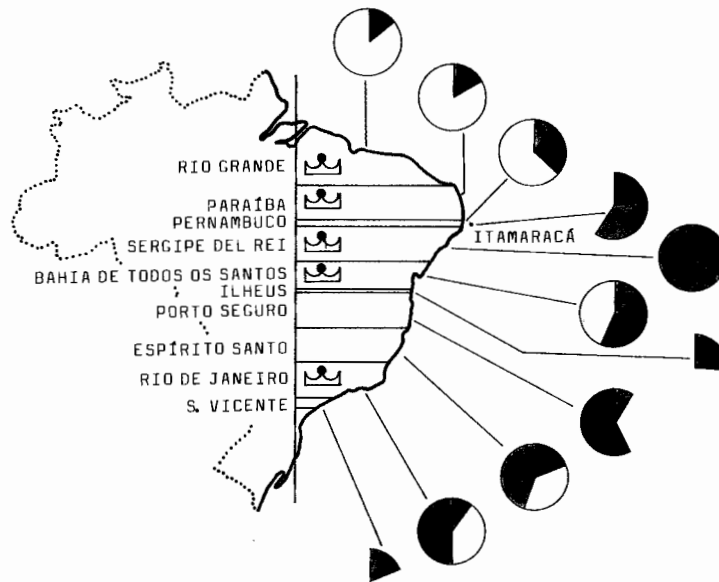
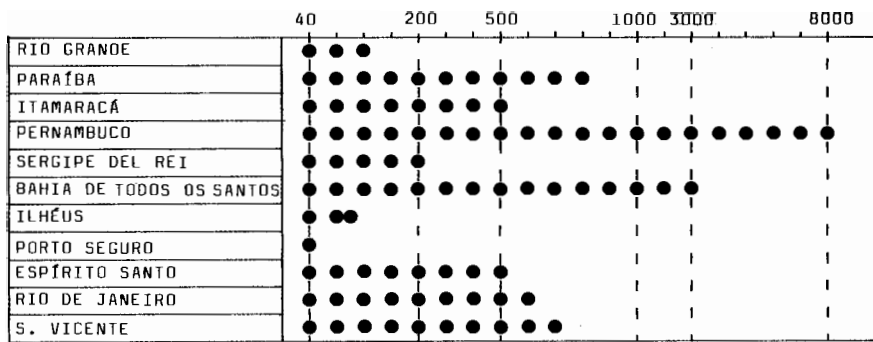
11. A leitura da situação económico-financeira do império colonial português e a análise das suas principais estruturas político-administrativas sugerem outras observações e, sobretudo, colocam problemas vários que importa tentar equacionar. As colónias geravam em si as receitas necessárias aos seus gastos normais. Por outro lado, também contribuía para o orçamento do reino com quantitativos apreciáveis, não com os seus excedentes financeiros mas através dos contratos e dos direitos colocados em Lisboa. As receitas deveriam permanecer nas colónias e satisfaziam despesas várias, ocasionais, tidas por extraordinárias. Todavia não poderá esquecer-se a corrupção que minava a administração pública criando, por vezes até, situações de rotura financeira.

Administrativamente, no Atlântico, ia-se esvaziando a primitiva *capitania-donatária* em favor de uma maior centralização de poder nas mãos do capitão/governador geral. A matriz institucional existente era de raiz portuguesa. No Brasil, o crescimento do município esbarrava com essa afirmação do poder. Nas ilhas a sua intervenção é já importante, sobretudo em S. Tomé. Quanto a Angola, fazia-se um grande esforço na ocupação territorial costeira, ultrapassada que fora — e sem os desejados resultados — a fase da capitania-donatária. No Oriente, para vencer a concorrência, reforça-se a defesa da rede através das armadas, ao mesmo tempo que se responde à ofensiva dos inimigos e se mantém a estrutura administrativa existente.

Todavia a crescente importância do «império do Atlântico» começava já a sobrepor-se à do Índico e, neste contexto, o Brasil convertera-se na grande colónia de povoamento. A produção de açúcar e o pau-brasil (monopólio régio) constituíam boa fonte de rendimento. O comércio negreiro não só alimentava a indústria açucareira como era, em si, rentável.

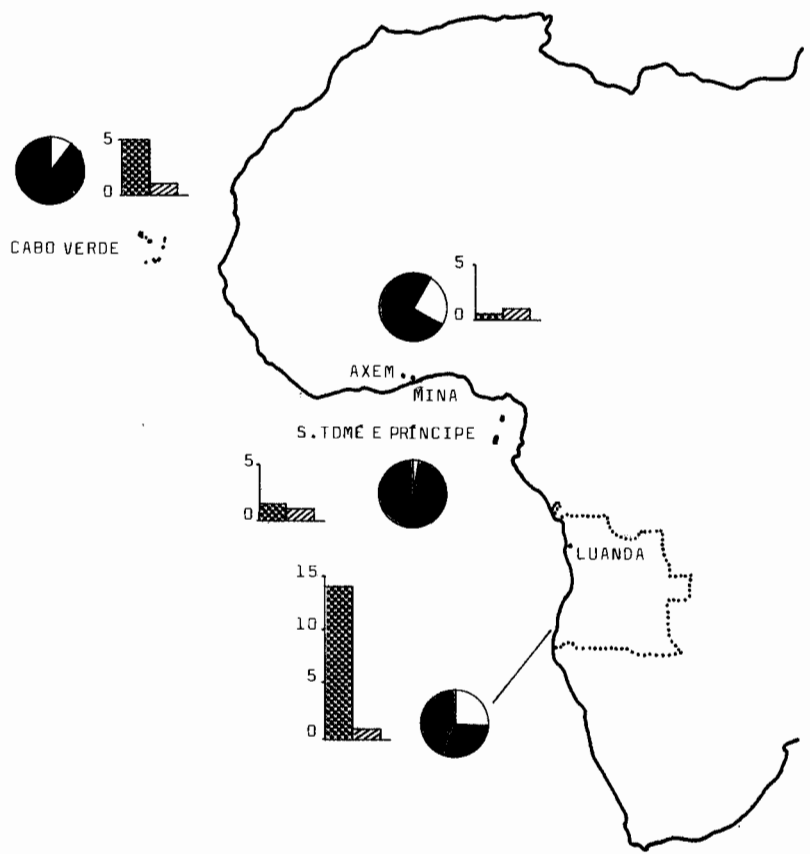
Terá ainda de aguardar-se alguns anos para se notarem já as grandes alterações económico-financeiras e até políticas neste império. No último quartel do século as transformações são evidentes como o indicam as fontes disponíveis.

Nota: O texto que agora se edita constituiu, com o mesmo título, a lição de agregação proferida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Fevereiro de 1988. Na altura, um elemento da assistência, acobertado com o estatuto de colega e averbando já boas provas curriculares nas áreas do despeito, da insídia e da calúnia, entendeu transmitir informações distorcidas de algumas das nossas afirmações, gerando alguma polémica entre o signatário e os Profs. Joaquim Veríssimo Serrão e Vitorino Magalhães Godinho. O primeiro deu-se por ofendido porque desautorizado por um seu antigo aluno, por este contrapor as suas opiniões às do Prof. A. H. de Oliveira Marques, perfilando as deste historiador. O Prof. Magalhães Godinho, no *Jornal de Letras*, n.º 313, VIII (1988) em entrevista conduzida por Manuel Cadafaz de Matos, também com conhecido curriculum, insurgia-se pelo facto de numa lição sobre «Finanças do Ultramar» ter sido utilizado um trabalho seu sem que o seu nome fosse referido, o que não era verdade. Ao primeiro, que nos escreveu uma injuriosa carta, prestámos os esclarecimentos que na altura entendemos suficientes e, ao segundo também respondemos em carta publicada no mesmo jornal n.º 315, notando as ciladas em que haviam caído. Era nossa intenção desenvolver alguns dos aspectos somente esboçados na lição. Todavia e pelas razões atrás aduzidas, também nos movia o desejo de publicar a lição tal qual a proferimos. Acabámos por escolher a segunda opção, com a esperança de poder voltar um dia ao assunto. Acrescentamos-lhe apenas um documento e actualizámos a bibliografia.



FAZENDA REAL	■
GENTE DE GUERRA	■
CLERO	■
POPULAÇÃO	●

População e despesas do Brasil



FAZENDA REAL	■
GENTE DE GUERRA	▨
CLERO	▩
RECEITA	▧
DESPESA	▦

Receita e despesas das colónias portuguesas do Atlântico

## DOCUMENTO

## Prouinsia do Brasil

A prouinsia do Brasil a quem em seu descobrimento foj posto nome de Sancta Crus e toda a terra que fica para a parte do Oriental do meridiano, ou linha que se fes da diuizam entre as Coroas de Portugal e de Castella que se lansa trescentas legoas alem da mais Ocçidental jlha do cabo Verde que he a de Sancto Antam e vem esta linha a passar pella boca do Rio do Maranhã na parte do Norte; e pella do grande Rio da Prata da banda do Sul em que ficaram mais de noueçentas legoas de Norte a Sul que he a parte mais oriental da terra firme do Peru e obra de dusesentas legoas de oriente a ponente. Destas teram os portugueses pouoadas como setecentas, que seram desde a capitania do Rio Grande, que he a primejra comessando da banda do Norte athe a de Sam Visente que he a vltima da banda do Sul.

147v Toda esta terra he muj fertil e abundante de mantimentos da terra que se chamam mandioca, de que se fas serto farinha que se come em lugar de pam. Produse mujtas frujtas assjm estrangejros como naturais da terra e entre ellas os ananases, que he hum pomo muito fermoço ha vista e mujto saborozo. Tem mujtas madejras exselentissimas para todo o genero // de fabricas e entre ellas o jacaranda que he quasj hum huanu e outras de varias cores e sobre todas a do marauilhoço pao brasil de que a prouinsia tomou ho nome que serue para tintas, com tanto proueito e jnteresse da fasenda Real que so para ella rende setenta mil crusados cada anno. O exselentissimo frujto e droga do asucar se dá em toda esta prouinsia em tanta abundancia que daqj se proue nam soo este Rejno, mas todas as prouinsias de Europa do que se tira tanto jnteresse que se entende vallerã o que vem a fasenda de Sua Mag.<sup>de</sup> quinhentos mil cruzados sem o dos particullares que ho cultiuam que valera outros tantos. Tem mujta malageta e outra droga que serue em lugar de pimenta; mujto algodam, gengiure, ambar balsamo, oleo de copajua, almesega, e outras couzas medissinais. Tem minas de ouro, prata, ferro, sallitre, esmeraldas, cristal e outros minejrais exselentissimos e perolas se tem achado em algumas partes e finalmente he tam copioza e fertil de todas as cousas nesarias há vida vmana que lhe nam falta mais que mujtos cultiuadores para ser em tudo fertellissima. Os ares e clima he muj benino porque comesando em tres graos e meio da linha passada a linha equinoxial, da linha pella banda do Norte. Acaba na jlha de Sancta Maria que esta

na boca do rio da prata em 35 graos pella banda do Sul. He regada de mujtos rios caudalozos e entre elles os tres tam famosos como he ho da Prata que a deuide do Perú. O das Amazonas e o do Maranham que he outro lemite que dissemos. Tem muitos fermoziissimos portos de que abajxo faremos mensam. Esta toda esta costa deuedida em onze capitancias pella maneira que adiante se dira entrando cada huma pella terra dentro athe a linha da demarsam. //

148

### Capitania do Rio Grande

Comessando pella parte do Norte a primejra capitania he a do Rio Grande que esta em quatro graos e meo da linha para a banda do Sul. He de Sua Mag<sup>de</sup>. Tem huma boa fortallesa posto que nam de todo acabada; e mea legoa della esta huma pouoassam da obra de trinta vesinhos os quais viuem de criasõis de gados, mantimeitos que cultuam e pescaria. Renderam os disimos dusetos e sinquenta mil rés. E na fortallesa ha noue pessos de artilharia de bronze e desanoue de ferro coado e bastantemente prouida de armas e monisõis.

Ha nesta forsa hum capitam por Sua Mag<sup>de</sup> com 100 000 rés de ordenado.

Hum alferes que tem de soldo 5 000 rés e seu mantimento por mes.

Hum sargento que tem quatro mil rés por mes.

Hum tambor que tem quatro crusados.

Quatro cabos de escoadra 2 000 rés cada hum por mes.

80 soldados mosqueteiros a 1 600 cada hum e seu mantimento por mes.

Hum condestable e 4 bombardeiros a 3 000 rés cada hum e seu mantimento por mes.

Hum ferrejro, hum carpintejro e hum pedrejro que tem 3 200 rés cada hum por mes e seu mantimento.

Hum vigario que tem a cura das almas que tem de ordenado 200 000 rés e jmortam as ordinarias da jgreja 40 000 rés cada anno.

### Capitania da Parajba

148 v Correndo para a parte do Sul vinte e duas legoas da capitania do Rio Grande esta a capitania da parajba situada em sete graos e dous tersos da altura equinoxial // para a parte do Sul, entrasse sua barra Nordeste Sudoeste. Tem nouenta palmos de alto de prea mar e dentro bom surgidouro. Na entrada da barra tem huma fortallesa que chamam

o Cabedello com vinte mosquitejros de guarnissam e capitam posto por Sua Mag<sup>de</sup> com hos mais offissiais e quatro legoas pello rio dentro e asima esta a çidade Phellipea onde reside o gouernador. Tem çem vesinhos portugueses e dous mostejros, hum de Sam Bento e outro de Sam Françisco. E em seu destrito abitam mais de 800 portugueses, em que auera 14 ou 15 engenhos de asucar; e grandes rosanias de mantimentos, tem ao redor mais de 14 000 petigoares gentios da terra. E há outras nasõis que aqui abitam repartidas por suas aldeas que estam a cargo dos frades menores de Sam Françisco. Tem a dita çidade trinta soldados de guarnissam que com hos atras fasem sinquenta. Todos sam da obrigassam do Cabedello o qual tem tres pessas de bronze e noue de ferro coado.

A gente da terra se reparte em quatro companhias de quatroçentos homens brancos e mais em que entram trinta de cauallo com suas armas e mais offissiais neccessarios.

O gouernador capitam da Parajba tem de ordenado çem mil rés por anno por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup>.

O sargento mor tem 96 000 rés por proujsam dos gouernadores.

O alferes outros 96 000 rés.

O sargento dos soldados tem 60 000 rés.

Os 30 soldados que residem na çidade tem 6 crusados por mes.

O capitam do Cabedello tem 100 000 rés de ordenado por proujsam de Sua Mag<sup>de</sup>.

O alferes do dito forte 96 000 rés.

O sargento do dito forte 60 000 rés. //

149 Dous atambous hum forte outro na çidade 7 000 rés cada hum por mes.

Os 20 soldados do forte por mes de mantimento e soldo a 7 crusados.

Hum condestable que reside no forte tem 3200 rés por mes.

4 bombardeiros cada hum por mes de mantimento e soldo 6 crusados.

Ha nesta capitania huma fregesia o vigario della tem de ordenado por duas prouisõis de Sua Mag<sup>de</sup> 200 000 rés.

A ordinaria dos padres de Sam Françisco he hum quarto de farinha hum quarto de azeite, duas arrobas de sera que tudo jmporta cada anno 80 000 res pouco mais ou menos.

Os offissiais de Sua Mag<sup>de</sup> que sam prouedor, escriuam e almoxarife tinham athe gora de ordenado a dous por çento de tudo o que carreguam para a fazenda de Sua Mag<sup>de</sup> e agora se reduzem a ordenados sertos o prouedor da fazenda tem 60 000 res de ordenado.

Esta capitania he de Sua Mag<sup>de</sup> e rendera de seis para sete mil arrobas de asucar, afora as meusas e vaj sempre em crescimento.

### Capitania de Iamaraca

Esta capitania de Tamaraca dista quinze legoas da Parajba esta em ojto graos de altura para a parte do Sul e entra se sua barra a loeste. He mujto ruim e de pouca agoa porque como he costa braba fica tambem esparsellada e de pouco fundo; os pilotos que entram nella vam sempre com ho prumo na mam e sam nauios de pouco porte; o porto dentro he muito bom e tem fundo bastante para grandes embarcaõis, serca a hum piqueno brasso de mar de pouca agoa e assjm fica jlha nam tem fortaleza nem sitio para ella, mas em hum reduto tem tres perras piquenas de ferro coado e hum bombardeiro mas tudo despruido. //

149 v Tera obra de 500 moradores brancos repartidos em duas companhias, entre elles 25 de caualo que acodem aos rebates.

O capitam he posto pello senhorio e esta em letigio entre o Conde de Monsanto e Lopo de Sousa. Os offissiais da fasenda proue Sua Mag<sup>de</sup>.

Rendera esta capitania duas mil e quinhentas arrobas de assucar afora as meusas.

### Capitania de Pernambuco

Desta jlha de Tamaraca ha capitania de Pernambuco há sinquo legoas esta em ojto graos prefijos de altura para a parte do Sul. Entrasse a sua barra de leste a oeste tem vinte e sete palmos de agoa de prea mar; os nauios que entram vam cozendo hum arresife que fica a parte esquerda por resam de hum banco de pedra que tem na entrada que a fos tam estrejta que nam cabem por ella dous nauios emparelhados e tanto que passam esta boca da barra voltam para o Sudueste e por este rumo vam athe o surgidouro. Defronte desta entrada em huma lingoa de terra firme se comesou a fabricar huma fortallesa para defensam da barra. E fasendo se ao principio com trinchejras de madejra arrojnou fasilmente por ser de terra solta e nam ter fundamento firme pello que mandou Sua Mag<sup>de</sup> que a fortallesa se fabricasse no logar onde ora se vaj fasendo e he de mujta jmportansia por ser este porto mais frequentado de nauios que todos os outros do Brasil e ser o trato da terra muj grosso e de grande riqueza por nelle se carregarem a

150 a major parte dos asuqueres // que vem para este Rejno.

Tem ja oje esta fortallesa do arresife seu capitam posto por Sua Mag<sup>de</sup> e nella e nas trinchejras da praja ha 22 perras de bronze e 32 de ferro coado todas encaualgadas e postas a ponto com hos offissiais para isso nesesarios.

Tem esta capitania duas villas a de Olinda que he a prinsipal e outra que se chama Jgarasu com mais de quatro mil portugueses em seu destrito em que entram mais de dusetos de cauallo. Ha dous mostejros de Sam Francisco, hum mostejro do Carmo, outro de Sam Bento, outro de frejras e hum grande Colegio da Companhia em Olinda duas freguesias e huma no Arresife.

O capitam mor e governador desta capitania he posto por Sua Mag<sup>de</sup> em ausencia do senhorio della que he hum filho de Duarte Coelho de Albuquerque. Tem de ordenado quatroçentos mil res que se lhe pagam ha custa do donatario pello rendimento de sua redisima; e da fazenda de Sua Mag<sup>de</sup> tem somente quarenta mil res.

Ha na villa huma capitania de presidio cujo capitam tem de ordenado 120 000 e seu mantimento.

O capitam da fortaleza do Arresife tem de ordenado 100 000 res.

Dous alferes desta sam pagos tem 120 000 res sesenta cada hum.

Dous sargentos de ordenado 60 000 res, trinta cada hum.

2 mejrinhos tem por mes 1 200 res cada hum e seu mantimento.

4 tambores e dous pifaros destas companhias tem por mes 1 200 res cada hum e seu mantimento.

O capelam desta companhia tem por mes 1 200 res e seu mantimento.

Hum sorgiam tem por mes 1 200 res e seu mantimento.

Hum barbejro sangrador por mes 1 200 e seu mantimento. //

150v Há nestas companhias çento e trinta mosquitejros e seus cabos de escoadra que tem por mes 1 200 cada hum e seus mantimentos.

Montasse no mantimento das 147 pessoas destas duas companhias a resam de 1 400 res cada prassa: 2 008 740 res.

Ha na villa de Olinda quatro companhias de ordenansa em que entram 530 moradores e no destrito 8 companhias e em todas doze se juntam 2 500 homens e nelles 200 de cauallo.

Tem mais hum sargento mor desta gente com 80 000 res de ordenado e hum alferes com 60 000 res.

Tem mais hum atambor na forma do Regimento que tem cada mes 1 200 res de soldo e 1 420 res de mantimento.

O vigario da jgreja matris tem de ordenado por anno 35 000 res.

O coadjutor della vinte e sinquo mil res.

Os quatro benefissidos cada hum quinze mil res.

Monta a ordinaria desta jgreja de farinha, asejte, sera e demais fabrica çem mil res.

Ha na dita villa mais a fregesia de Sam Pedro cujo vigario tem 40 000 res.

O Colegio dos padres da Companhia tem de ordinaria 400 000 res que se lhe pagam em asuques.

Ha no termo desta villa ojto freguesias — a saber — o Arresife da Varsea de Sam Francisco, Santo Amaro Nouo e Santo Amaro Velho,

Santo Antonio, Sam Miguel de Poinca e a freguezia de Tanhare. Tem os vigarios destas freguesias de ordenado e ordinaria quarenta mil res cada huma.

Ha mais nesta capitania a fregesia de Jiarasu, tem vigario della 60 000 res por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> e sinquo mil res de ordinaria.

O coadjutor desta jgreja a 25 000 res.

151 Os padres de Sam Francisco tem de ordinaria por anno // hum quarto de farinha do Rejno, hum quarto de azejte duas arrobas de sera que montam por anno ojtenta mil res.

Os offissiais da fasenda de Sua Mag<sup>de</sup> desta companhia que sam prouedor, almoxarife, escriuam da fasenda e almoxarifado tinham dous por çento de tudo o que punham em arrecadasam da dita fasenda e agora tem Sua Mag<sup>de</sup> ordenado que se redusam a ordenados sertos.

Rendem os disimos desta capitania vinte e tres mil arrobas de asucar pouco mais ou menos que cada dia vaj em cressimento afora as meusas.

O pao brasil que nesta capitania se carrega anda arrendado em sesenta mil crusados.

### **Capitania de Serezipe del Rej**

Esta capitania de Serezipe del Rej fica no destrito da Bahia de Todos os Sanctos; e pellos moradores della foj conquistada e pouoada. Esta em onze graos da banda do Sul. He a terra muj fertil e de grandes varseas pello que ha nella grande creasam de vacas egoas e mujtas mandiocas e pescarias e poden se nella faser mujtos engenhos de asucar, posto que athe gora nam ha mais que dous comessados. Tera sinquenta moradores com seu destrito. E parecendo que hia em muito cressimento a fes capitania o gouernador Dom Francisco de Sousa e lhe deu capitam mor e mais offissiais com jurdisam de villa separando a da çidade da Bahia de que era aldea mas os moradores da çidade se apossaram e corre sobre isso demanda. //

151 v

### **Capitania da Bahia de Todos os Sanctos**

Esta capitania da Bahia de Todos os Sanctos e sua çidade he cabessa de todo o Estado do Brasil e nella reside o gouernador geral com hos offissiais de justissa. Tem see cathedral com seu Bispo e mujtos mostejros como abajxo se dira. Esta esta çidade da Bahia em trese graos

e hum terso da banda do Sul. Entra se a barra a loeste e toma se da quarta de Noroeste. Tem a sua boca duas legoas de largo e he desacomodada para nella se faser fortallesa que seja de effeito para se defender a entrada aos enemigos. Contudo se fiseram dentro nesta bahia alguns fortes e plataformas com sua artilharia com que se defende em huma ocasiam — a saber — tem o forte Sam Phellipe que tem seu capitam com ordenado de 80 000 res e des soldados, quatro mosqueteiros que vensem por mes a 2 800 res hum cabo que admenistra estes soldados que tem por mes a 3 200 res. Os seis acabuseiros vensem por mes a 2 400 res. Hum condestable vense por mes 3 200 res. Ha neste forte duas meas esperas hum canham e dous sacres.

O forte Sancto Alberto na praja da çidade tem duas meas esperas.

Na plataforma do Colegio de Jesus ha huma collebrina de alcanse e dous sacres de bronze.

Na porta da çidade Sancta Lusia ha ha tres camellos de bronze e hum meo sagre.

Na plataforma da porta sobre Sancto Alberto ha hum bazallisco e hum camello ambos de bronze.

Na porta de Sancta Catarina dous camellos. No balluarte nouo da praja hum meo sagre e noutra banda do reves de Sam Francisco na ponta da trinchejra hum camello. Nos demais lugares e trinchejras ha mais quatro falcõis de bronze dous de dado e dous pedrejros. Mais nas ditas trinchejras varias doze pessas de // ferro coado que tudo isto se estende por quasj duas legoas de espasso.

152

E mais apartado da çidade em huma ponta de terra esta o forte de Sancto Antonio que tem de presjdio des soldados, quatro mosqueteiros e seis arcabusejros, hum cabo e hum condestable que todos vensem soldo conforme os de Sam Phellipe. Tem capitam com quarenta mil res de ordenado.

Ha nesta capitania da Bahia duas companhias de presjdio que ambas tem çento e nouenta soldados destes sam setenta mosquitejros que vensem de soldo e mantimento por mes a 2 800; os çento e vinte arcabuzejros vensem a dous mil e quatrocentos res por mes cada hum. ha nestas duas companhias ojto cabo de escoadra que vensem por mes a 3 200 res cada hum.

Ha quatro tambores, dous pifaros, dous embandeirados hum sorgiam e hum barbejro; vense cada huma 2 800 res por mes.

Dous sargentos destas companhias vense cada hum 5000 res por mes.

Dous alferes vense cada hum ojto mil res por mes.

Dous capitães vense cada hum a des mil res por mes.

Montasse em todos os ditos soldados e offissiais destas duas companhias 7 151 200 res.

O governador deste estado tem de seu ordnado e merçe dous mil crusados cada anno. E alem disto mil crusados mais para elle repartir em merces cada anno pellas pessoas que lhe pæsser.

Tem ho dito governador vinte e quatro soldados de sua guarda mosquitejros os quais vensem a dous mil e ojto çentos res por mes.

O capitam desta guarda tem 80 000 res por anno e o sargento desta guarda tem 60 000 res por anno. E tem mais o governador consigo alguns capitães e offissiais entretenidos com seus estipendios que por nam ser cousa ordinaria se nam declaram aquj.

Hum sargento mor desta capitania que tem de ordenado por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> 80 000 res.

152v O Sargento mor do Estado tem de ordenado // por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> ojtenta mil res.

Tem mais o sargento mor do Estado de entretenimento 8 000 res por anno.

E hum atambor com dous mil e ojtoçentos rês por mes.

E assjm mais outro atambor com 2 800 por mes.

Hum condestable mor tem de ordenado por anno 40 000 res.

Quatro bombardeiros dous vensem 3 200 rês por mes; hum 2 400 res e dous vensem a 2 000 rês por mes.

Quatro ajudas de bombardejros que vensem soldo de 1 600 res por mes. Outros sete ajudas de bombardejros que nam vensem soldo.

Hum atambor mor afora os quatro das companhias e vense 4 000 res por mes.

Hum vegia do mar da Villa Velha e Rio Vermelho que tem 40 000 res de ordenado por prouisam dos gouernadores.

Hum prouedor mor da fasenda de todo o Estado tem 100 000 res de ordenado.

Outro prouedor desta capitania do Saluador tem 100 000 res de ordenado.

O escriuam da fasenda çem mil res de ordenado.

O tisourejro geral do Estado 100 000 res de ordenado.

O escriuam do tisourejro geral do Estado 40 000 res de ordenado.

O escriuam dos fejtos da fasenda 40 000 de ordenado.

O contador da fasenda — 100 000 res de ordenado.

O escriuam dos contos — 30 000 res de ordenado.

O prouedor da alfandega 120 000 res de ordenado.

O escriuam da alfandega — 30 000 res de ordenado.

Almoxarife dos almasêis — 50 000 res de ordenado.

O escriuam dos almasêis 30 000 res de ordenado.

O porteiro dos contos e alfandega 20 000 res de ordenado.

Dous mossos da fasenda cada hum 4 000 res de ordenado.

Procurador da fasenda 30 000 res de ordenado.

Requerente da fasenda 15 000 res de ordenado.

Reuedor das contas 300 000 res de ordenado mandou se extinguir. //

- 153 O escriuam do reuedor com 100 000 res de ordenado, mandou se extinguir.  
 O ouuidor geral do Estado tem 314 000 res de ordenado.  
 O mejrinho do dito cargo para elle e homens 88 000 res de ordenado.  
 O ouuidor da çidade tem 20 000 res de ordenado.  
 Procurador mor dos defuntos 200 000 res.  
 O Juis dos jndios forros tem 30 000 res de ordenado.  
 O gouernador mor da Ribejra tem 70 000 res de ordenado.  
 O patram mor da dita Ribejra tem 30 000 res de ordenado.  
 A vigia da boca da barra tem 40 000 res.  
 O alcajde mor desta çidade por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> 30 000 res de ordenado.  
 Hum mejrinho da çidade nam tem ordenado.  
 O engenheiro mor do Estado por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> 160 000 res de ordenado.  
 O mestre das obras de ordenado 40 000 res.  
 O Bispo do Brasil tem de seu ordenado e outras merçes tres mil crusados em que entram 100 000 res para seus offissiais 20 000 res para o pregador da see e 80 000 res para o vigario.  
 O Cabido da see tem de seus ordenados 819 000 res.  
 A sinquo dignidades 50 000 res a cada huma.  
 A seis conegos 40 000 a cada hum.  
 Dous meios conegos 25 000 res a cada hum.  
 Seis capellâis a 15 000 res cada hum.  
 Quatro mossos do coro a seis mil res cada hum.  
 Ao mestre da capella 40 000 res.  
 Ao tangedor dos orgãos 20 000 res.  
 O sancristam vinte e sinquo mil res.  
 O cura trinta e sinquo mil res.  
 O seu coadjutor vinte e sinquo mil res.  
 O portejro da massa vinte mil res. //
- 153v A fabrica da see por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> 300 000 res cada anno.  
 Tem a see de ordinaria para os offissios deuinis cada anno huma pipa de vinho, hum quarto de azejte, seis arrobas de sera, sete alqueires e meio de farinha do Rejno que da medida do Brasil sam quinze alqueires do Rejno.  
 O siminario do Bispo por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> 120 000 rês por anno.  
 Aos doze vigarios que há no termo desta çidade do Saluadore tem de ordenado a 30 000 rês cada hum e de ordinaria mais 5 000 rês e sam as seguintes —a saber— a vigayraria da Villa Velha, a de Perejra, a de Parigape, a de Pitanga, a de Cotegipe, a de Matajrm, a de Passá, a de Taesuapina, a de Tanfararj, a de Serezipor do Conde, a de Paragasu a de Taparica.

Ha nesta çidade hum collegio dos padres da Companhia que tem de ordenado cada anno tres mil crusados, pagos em asuqueres nos engenhos que elles escolhem.

O prouinsial da Companhia tem por prouisam para se lhe dar embarcassam cada tres annos para jr visitar as mais casas e por ella se lhe dam mais 100 000 res cada tres annos.

O aljubejro tem de ordenado por anno sinquo mil res.

O mosteiro de frades de Sam Françisquo tem de ordinaria por anno por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> huma pipa de vinho, hum quarto de asejte, seis arrobas de sera, hum quarto de farinha do Rejno.

Hum mostejro de Sam Bento nam tem ordinaria.

Outro mostejro do Carmo nam tem ordinaria.

Tera esta çidade em seu destrito tres mil portugueses e nelles çem homens de cauallo.

Rendem os asuqueres ao disemo mais de catorse mil arrobas afora as meusas.

Aqui tem Sua Mag<sup>de</sup> hum nouo trato com hos Biscajnhos que pescam baleas de que se fas mujto asejte, que se entende vira a ser de mujto prouejto. //

154 Ha na terra mujtas madejras de que se podem faser mujtos nauios e galles e em seu destrito sallitre nas serras do Rio de Sam Françisco.

### Capitania dos Ilheos

Esta capitania dos Ilheos esta trinta legoas da Bahia de Todos os Sanctos em trese graos e dous tersos da banda do Sul; entram na sua barra nauios de pouco porte porque tem pouco fundo e as embarcaõis grossas que a ella vam, tomam carga ao longo de dous jlheos junto aos quais ha bom surgidouro e ficam afastados huma legoa da pouoasam a qual nam tem fortaleza nem sitio capas em que se possa faser. A terra he fresca e de bons ares e a pouoasam situada em hum alto mujto aprasiuel aos que a vem. Foi antigamente mujto major do que oje he e tinha sinquo engenhos de asucar com que os djsemos rendiam mais de mil crusados. Mas pellas mujtas preseguisõis e danos que resebiam dos gentios Ajmeres se foj despouoando de maneja que oje nam tem çem moradores. Porem agora que esta ja desapressada desta gente que esta passifica e redusida a obediensia se pode fundar nella huma rica fazenda. Porque ha nella mujtas agoas e sitios acomodados para se faserem engenhos de asucar e mujtos portos em que hos nauios podem tomar carga e a terra em sj he fertil para canaueais e rosas para mantimentos. Sete legoas pella terra dentro esta huma lagoa de agoa dosse

que tem des legoas de largo e mais de quinze brassas de fundo rodeada de serras mujto altas e della sae hum rio que vem desembocar no mar.

Esta capitania he dos herdejros de Françisco Giraldes que oje he Françisco de Saa de Meneses que tem redisima de tudo o que render // 154v a capitania com outros direjtos como se vee de sua doasam que tudo oje he mujto pouco e de que se nam pode faser considerassam.

Tem Sua Mag<sup>de</sup> aqui seus offissiais da fasenda —a saber— prouedor, escriuam e almoxarife, a quem se da tres por çento do rendimento da dita capitania que he tam pouquo como temos dito.

O vigario da Villa dos Ilheos tem de ordenado e ordinaria da jgreja quarenta mil res por anno.

O seu coadjutor tem de ordenado por anno vinte e sinquo mil res.

O portejro da alfandega tres mil tresentos trinta e tres res.

### Capitania do Porto Seguro

Esta capitania do Porto Seguro he do duque de Auejro esta em desasete graos da banda do Sul trinta legoas da capitania dos Ilheos. Foj a primejra terra que se descobrio pellos nossos, nesta prouinsia do Brasil jndo Pedr Alures Cabral com huma armada para a Jndia no anno de 1500 e lhe pos nome Porto Seguro pello bom comodo que nella achou. E pos nome a terra Sancta Crus que oje esta muj esquessido na memoria dos homens ficando lhe o do Brasil por resam do pao que de lá vem. A barra e porto desta capitania sam os piores de toda aquella costa sem embargo de Pedr Alures Cabral se contentar tanto delle e por assjm ser nam vam lá nauios do Rejno. E os asuqueres que alj se faserem leuam nos os moradores a vender a outras capitancias em embarcasõis piquenas que se faserem na terra. Nam tem fortallesa nem desposisam para ella e que a tiuera seria de pouco effejto porque como a terra he pobre por sj se defende. Antigamente tinha sete villas pouoadas com alguns engenhos de asucar. Oje apenas tem quarenta moradores, 155 porque // os ajmeres a destroyram pouco e pouco. E os moradores della viuem oje de farinhas de mandioca que ali lauram com alguns legumes.

No sertam desta capitania se acham algumas pedras verdes como esmeraldas e se entende que ha tambem minas de metais, mas nada disto esta athe oje descuberto.

Tem Sua Mag<sup>de</sup> aquj seus offissiais de fasenda prouedor, almoxarife, escriuam que tem a tres por çento do rendimento desta capitania e o donatario tem a redisima della que tudo nam he considerauei por ser pouquo o rendimento della.

Ha nesta capitania hum a so fregesia cujo vigario tem de ordenado e ordinaria quarenta mil res.

### Capitania do Spirito Sancto

Esta capitania do Spirito Sancto he de Françisco de Aguiar Coutinho. Esta esta sinquoenta legoas do Porto Seguro em 20 graos de altura para a banda do Sul entrasse sua barra a loeste noroeste. Tem 25 palmos de agoa de prea mar e muito bom sorgidouro, limpo e sem perigo abrigado de todos os ventos tem sitio na entrada da barra em que se pode faser huma fortallesa que a defenda e sera de mujta importancia porque como a terra he grossa e esta muito desviada das outras capitancias que a podem socorrer jimportara mujto estar forteficada. Tera em seu destrito mais de 500 moradores portugueses alem de mujtas aldeas de gentios de pas com que a terra he bem cultiuada e ella em sj fertil e grossa de gados, farinhas, legumes e pescas. Tem alguns engenhos de asucar de que rendera 1 500 arrobas para o disimo de Sua Mag<sup>de</sup> afora as measas. Tem mujto balsamo e frujtas exselentes e fica  
155 v visinha // da serra das esmeraldas e afirmasse auer nella ouro e pratta, mas a pouoassam he algum tanto doentia por estar mal situada e por respeito da roim agoa que tem que vem de huma serra que dej em ser de ferro e assjm sobe a elle.

Com esta pouoasam do Espirito Santo parte outra capitania que foj de Pero de Gois mas nam esta pouoada e como cousa deserta se nam fas della relassam, mais que entrar nella hum rio que se chama Parjbá que nam tem porto e ao longo da costa tem mujtos bajxios. Porem huma legoa ao mar esta hum jlheo que se chama dos Franseses ao pe do qual podem sorgir naos de mujto porte, porque tem fundo bastante.

Trinta legoas adiante deste rio Parajba esta huma grande e fermosa bahia que por ser tal lhe puseram nome Bahia Fermoza, a qual entra mujto pella terra dentro e de huma parte lhe fica o Cabo Frio e da outra hum tufo de terra que se vaj metendo no mar para a parte do Sueste a maneira de jlheo. Entra nesta bahia Fermoza hum grande rio que se chama Perojbj e da outra banda deste tufo de terra se fas outro braso de mar que entra por hum boquejram chamado casa de Pedra e se mete pella terra dentro, ojto ou des legoas e fas na ponta hum bonissimo sitio para se nelle poder fundar huma çidade, porque as terras do Cabo Frio sam muj fortiferas e dara todos os frujtos que se lhe semearem. Desta Bahia Fermoza ao Cabo Frio há seis legoas esta em altura de vinte e tres graos da banda do Sul; he muj sellebrado de todos os que ho nauegam, assjm pello mujto que bota ao mar, como por estar has portas do tropico de Capricornio. Corta o hum brasso de mar que ho fas ficar em jlha o qual fas reconcauos em que podem estar cantidade de naos de grande porte. Tem sitio para alj poderem espalmar e dar crenas pello que foj esta a major escalla de franceses que

156 ouue em toda // a costa do Brasil e tinham dalj grande trato com ho gentio do sertam com que carregauam cada anno des e doze naos de pao brasil, algodõis, pimenta da terra, madejras de presso, ambar e outras cousas.

### Capitania do Rio de Janejro

A capitania de Sam Sebastiam do Rio de Janejro he de Sua Mag<sup>de</sup>, dista do Cabo Frio desojto legoas e da capitania do Espirito Sancto sesenta. Esta em vinte e tres graos e hum terso da banda do Sul; entra se a sua barra a noroeste quarta ao Norte he huma das cousas nobres que a natureza criou, porque a boca da barra he mujto estrejta e no meo della esta huma lagem na qual se pode faser huma fortallesa que a fas enpugnauel fortificando se tambem huns dous padraustos que tem. Ho porto he bonissimo e logo em entrando tem a noue e des brassas e quanto mais se forem metendo para dentro tanto mais fundo de modo que podem estar as naos com as proas em terra como o fazem que da mesma praja se estam faltando e comunicando com as naos.

Demais disto abriga este porto de todos os ventos e nam pode sobreuir algum que fassa dano porque como a barra esta huma legoa do sorgidouro. Ajnda que vente tromenta do Sul que he alj o seu trauessam chega o martam quebrado aos nauios que apenas os fas he capazissimo de huma jnfenidade de nauios e a terra tam prouida de madejras que se podem nella fabricar naos e gales e todas as mais sortes de nauios e embarcasõis que quiserem que em mujtos annos lhe nam faltaram madejras. He mujto fertil e abundante de mantimentos. Dasse  
156 v nella mujto asucar, gado // vacum, trigo e algum vinho e tanta cantidade de pao brasil que desta capitania se podera tirar mais cantidade de todas as outras juntas. E por nella concorrerem tantas cousas se deve fazer mujto caso desta prassa. E nam so por estas commodidades, mas tambem por euitar poderem se os enemigos apoderar deste porto porque sera a total rujna da nauegassam da Jndia, porque dalj a jlha de Santa Ellena há 520 legoas que he jornada da desesete ou desojto dias com hos ventos gerais com que fasilmente se pode tomar a dita jlha, ficando ella em desaseis graos e o Rio de Janejro em vinte e tres e hum terso e nam poderam faser menos dano ha nauegassam de Angolla pella fasselidade com que do Rio de Janejro se nauega para lá.

Ha nesta çidade huma fortallesa ajnda que nam da jimportansia que conuem a huma prassa tam prinsipal, tem ojto pessas de artilharia de bronze e sete de ferro coado com 30 soldados de guarnissam pagos ha custa da fasenda de Sua Mag<sup>de</sup> na forma das mais capitancias. Tera

mais de seçentos (*sic*)<sup>1</sup> moradores portugueses. Tem algum comersio com ho rio da Prata e dalj para Angolla por onde lhe entram alguns reales que dessem do Peru e cidade de Buenos Ajres. Tem poucos engenhos de asucar e por isso nam rendera mais de 1 500 arrobas de disimo afora as meussas.

O capitam da capitania do Rio de Janejro tem de ordenado por prouisam de Sua Mag<sup>de</sup> çem mil res.

O capitam do forte de barra 40 000 res de ordenado.

Hum cabo de esquadra 36 000 res de ordenado.

29 soldados arcabusejros tem cada hum por mes 6 crusados.

Dous tambores seis crusados cada hum por mes.

Hum bom bardejro do forte da barra tem por mes 8 crusados. //

157 Ha mais dous bombardejros que cada hum tem de ordenado e mantimento 40 000 res.

Ha nesta çidade hum admenistrador eclesiastico que tem as veses de prellado e quasi jurisdisam episcopal tirado o dar ordens que se estende nesta capitania, na do Spirito Sancto, Porto Seguro e Sam Visente tem de ordenado 300 000 res por anno.

O vigario da igreja desta çidade tem de ordenado 40 000 res, de sancristam 5 000.

O seu coadjutor tem de ordenado por anno 25 000 res.

Ha nesta çidade hum colegio de padres da Companhia a quem se paga cada anno da fasenda de Sua Mag<sup>de</sup> 1 000 000 res.

Há mais dous conuentos de relegiozos hum do Carmo, outro de Sam Bento.

Tem Sua Mag<sup>de</sup> nesta çidade hum prouedor da fasenda que athe gora nam tem ordenado serto e leua a tres por çento de tudo o que poem em arrecadassam que pello rendimento ser pouco nam rendera mais que vinte athe trinta mil res.

O almoxarife de ordenado 50 000 res.

O escriuam do almoxarifado 30 000 res.

Portejro da alfandega e mejrinho do mar tem de ordenado 3 360 e para hum pano tres mil res e para aluguer de casas da alfandega vinte e dous mil res.

---

<sup>1</sup> Seiscentos?

### Capitania de Sam Visente

- A capitania de Sam Visente he de Lopo de Sousa esta 40 legoas da capitania do Rio de Janejro em 24 graos de altura para a parte do Sul. A sua barra tem fundo bastante para naos grandes. Tem quatro pouoasóis —a saber— Sam Visente e Sanctos, Sam Paulo do Campo e Tinharem. Em todas auera mais de seteçentos moradores portugueses.
- 157 v E as primejras // duas pouoassóis Sam Vicente e Sanctos estam em huma jlha piquena que nam tem mais que huma legoa de comprido e edificaram alj por a mor dos danos e gerras que lhe fasia o gentio da terra. He alta, fresca e sadia de bons ares e mujtos mantimentos semelhantes aos de Portugal. E na villa de Sam Paulo se vam dando a cultiuassam de trigo. Nos lemites desta capitania pella terra dentro obra de quarenta legoas estam as minas de ouro e prata que dom Françisco de Sousa dis ter descubertas, das quais muitos annos antes se tinha notissia. E por boa resam de fillosafia esta regiam do Brasil deue ter mais e milhores minas que as do Peru, por ficar mais Oriental que elles e mais desposta para a criasam dos metais. Tem se alj tambem descoberto minas de ferro para cujo benefissio tem Sua Mag<sup>de</sup> la mandado hum prouedor mas athe gora se nam tem visto dellas prouejto nenhum.
- Rende esta capitania 800 arrobas de asucar. Nam tem fortallesa mas em huns redutos e trinchjras com hum forte de huma casa terraplanada. Estam ojto pesas de artilharia de bronze e seis de ferro coado.
- O capitam he prouido pello senhorio o qual tem a redissima dos direjtos de Sua Mag<sup>de</sup> que lhe rendem mujto pouco.
- Tem Sua Mag<sup>de</sup> aqui hum prouedor da fasenda com 30 000 res de ordenado.
- Hum escriuam da fasenda sete mil res.
- O almoxarife vinte mil res.
- O portejro dous mil res.
- A quatro vigajrarias nas 4 pouoasóis de Sanctos que he cabesa tem de ordenado 35 000 res e 5 000 de samcristam.
- Hum coadjutor com 25 000 res de ordenado e sua ordinaria de aseite, vinho, sera e farinha de trigo.
- 158 O vigario da villa de Sam Vicente que antigamente foj cabessa // desta capitania e esta distante huma legoa da de Sanctos tem 35 000 de ordenado e 5 000 res de samcristam e nam tem coadjutor.
- O vigorio da villa de Sam Paulo do Campo que esta doze legoas pella terra dentro tem 35 000 res de ordenado e 5000 res para hum samcristam e 25 000 res para hum coadjutor.
- A pouoasam de Tinharem que esta sete legoas de Sam Visente tem o vigario 35 000 res de ordenado, 5 000 de samcristam e nam tem coadjutor.

Esta he a vltima capitania que tem ho Estado do Brasil para a parte do Sul, posto que hos seus lemites chegam athe o rio a parte do Sul, posto que hos seus lemites chegam athe o rio da Pratta, porem a costa e terra della nam he tam amoroza nem tem tam bons portos como o que esta pouoado posto que ho gentio della se tem por boa natureza e mais pratico que todo o outro.

— Fim do Estado do Brasil —

(A.N.T.T., *Miscelâneas do Convento da Graça de Lisboa*, Tomo VI  
F, fls 147-158)